

DA PESQUISA HISTÓRICA EM SUA RELAÇÃO COM A ANTROPOLOGIA E A SOCIOLOGIA

Manuel Diegues Júnior
Sociólogo

Nos já longínquos anos da década de 30, mais precisamente 1933, 1934, reuniam-se, em longa e larga mesa da Biblioteca Pública do Recife, um mestre e uns três ou quatro estudantes que se faziam seus alunos, empenhados na realização de pesquisa social. Alí se prendiam desde as primeiras horas depois do almoço até o fim da tarde, e começo do anoitecer, com seus cadernos cheios de notas ou estas notas tomadas em folhas soltas que depois eram passadas a limpo. Tal fato foi recordado pelo mestre no prefácio com que, mais tarde, honrou um daqueles estudantes na sua obra inicial.

O mestre era Gilberto Freyre; os estudantes José Antonio Gonsalves de Melo Neto, José Valadares, e eu. Eram os fiéis, pois eventualmente apareciam ainda Diogo de Melo Neto, Clarival Valadares, Amaro Quintas.

Foi desta forma que aqueles então estudantes se dedicaram à pesquisa. Lendo jornais velhos, anotando anúncios de escravos fugidos, registrando fatos noticiados, puderam levantar o material fundamental de que se serviu Gilberto Freyre na elaboração de sua conferência sobre "O escravo nos anúncios de jornais do século XIX"³ realizada em julho de 1934 na Sociedade Felipe de Oliveira; e juntamente com documentos, alguns deles veneráveis, posteriormente no volume Sobrados e Mucambos, primeira edição aparecida na Coleção Brasileira, como seu volume 64, em 1936.⁴

O início das pesquisas de jornais do século XIX se alongou a documentos, a relatórios, a papéis antigos daquele mesmo século ou de séculos anteriores na mesma Biblioteca ou mais tarde, em outros acervos, pernambuco.

bucanos ou alagoanos. Ou depois em bibliotecas e arquivos cariocas. E também — no caso de Gonsalves de Melo — em arquivos europeus.

Era o começo de uma dedicação à pesquisa que os anos intensificaram, embora nem sempre tenham aperfeiçoado, como no meu caso. Mas era a oportunidade para aprender que a pesquisa histórica se completa com o conhecimento antropológico e sociológico; e que a própria pesquisa antropológica ou sociológica não dispensa seu conhecimento temporal, ou seja o conhecimento histórico. As ciências são, no caso, uma só como ciências do homem, na unidade do próprio homem; pois se entrelaçam e se interpenetram, sendo o homem — objeto da pesquisa histórica, ou da antropológica, ou da sociológica, ou da geográfica — um só, na unidade de sua criação como ser físico e social ao mesmo tempo.

De que vale o registro de um fato na sua dimensão puramente temporal sem conhecimento das condições culturais dos homens que o praticaram ou sem interligá-lo com o quadro social da sociedade em que se verificou? Seria o conhecimento incompleto das razões ou das conseqüências do acontecimento, pois se ignoraria o fundamental. Não há fato histórico isolado — isolado da sociedade em que se verifica, como impulso dessa mesma sociedade, ou alheio como condicionamento do grupo humano em que ele é registrado.

Há, portanto, uma relação não apenas íntima, mas sobretudo essencial, entre a pesquisa histórica e o conhecimento antropológico e sociológico. Não se isolam: interligam-se; não se ignoram: completam-se; não se distanciam; interpenetram-se. Daí o destaque que vem sendo dado em nossos dias à pesquisa interdisciplinar e não apenas à pesquisa multidisciplinar. É que cada vez mais as disciplinas sociais ou humanas se interpenetram no reconhecimento, hoje suficientemente científico, da unidade do homem — do homem considerado temporal ou especialmente como ser físico, pela natureza de sua individualidade, e como ser social, pelo condicionamento cultural do ambiente em que vive e forma sua personalidade. E mais: unidade que ressalta essencialmente o seu espírito criador transformando o espaço para criar a sua vivência no tempo.

Quando procurei reconstituir a história das Alagoas, em suas origens, centrando o estudo no conhecimento da atividade econômica existente — o então chamado *bangüê*, em sua forma primitiva de fabrico de açúcar — desde logo verifiquei que não bastaria estudar o que era em sua evolução histórica o engenho; não poderia ignorar o homem que nele vivia e nele trabalhava, nem esquecer a vivência social em que aquela população estava inserida. E em conseqüência, os reflexos desta situação no trabalho, nas manifestações culturais, na organização social, na vida religiosa, nos hábitos e costumes. A reconstituição histórica da formação alagoana sem que se situasse a dimensão antropológica e o conhecimento sociológico daquela realidade em que o ho-

mem era o elemento central. Daí a orientação da pesquisa que, sendo basicamente histórica, se envolvia em aspectos sociais, culturais e ecológicos. Buscas em documentos de arquivos, uso de anúncios ou notícias de jornais, aproveitamento de relatórios oficiais — de governo e de instituições, obtenção de depoimentos pessoais.

Perdoai-me se aqui faço referências ao meu trabalho. É que nesta idade já o seu tanto provecta a que cheguei, o recordar constitui sempre uma provocação a que, em geral, não podemos fugir. Além do mais, esta idade chamada provecta tem o seu tanto de conselheiral, com oportunidade para referir experiências ou para transmitir frutos de vivência: experiências e frutos que se me afiguram altamente válidos para os que se dedicam a tarefas idênticas a fim de que erros não se repitam e possíveis sucessos possam ser seguidos.

Creio, porém, que esta mesma experiência foi a de Gonsalves de Melo, ao seu estudo sobre os holandeses.⁵ Não ignorou o aspecto antropológico ou sociológico numa interpretação basicamente histórica, ou pelo menos assentada em documentação histórica, toda ela até então quase inteiramente virgem, ou quando menos pouco conhecida e não explorada. A presença flamenga no Nordeste não foi um fato para conhecimento puramente histórico, referido a um momento registrado em nossa história do século XVII; teve reflexos culturais e sociais não menos importantes ou relevantes, o que impõe não analisar apenas em seu significado puramente temporal esta presença no Brasil.

Se podemos hoje transmitir esta experiência, não é a nós, entretanto, que se deve — pelo menos no Brasil — a idéia de que uma pesquisa, mesmo exclusivamente histórica, pode ser feita sem abordar aspectos sociológicos, econômicos ou humanos. Creio que poderíamos retroceder tal iniciativa, na época então pioneira, em idéias de Silvio Romero: em 1880, em sua tese sobre "Interpretação filosófica dos fatos históricos"⁷ mostrava Silvio Romero clara tendência para estabelecer o relacionamento entre sociedade e cultura, isto é, o fato histórico não isolado dos elementos que o criaram, nem separado das condições da sociedade em que aparece. Saliente-se que aqüêlé momento — 1880 — o conceito de cultura, no que hoje consideramos em sentido antropológico ou sociológico, fora lançado por Tylor constituindo-se uma quase novidade de nove anos apenas. Quase ignorado o conceito; ainda não devidamente aceito como valor científico. Pelo menos para a ciência de então.

Depois de Silvio Romero é evidente que em outros autores a reflexão sobre este relacionamento estende-se, aprofunda-se, cientificamente aceita. Em parte, o que fez Euclides da Cunha com *Os Sertões*; o que faria, também em parte, Roquette Pinto ao estudar o indígena brasileiro; e antes dos dois, já então com algum pioneirismo, embora nem sempre reconhecido, Nina Rodrigues ao estudar aspectos psíquicos e religiosos do elemento negro no Bra-

sil. ⁶O que iria — este relacionamento de estudo histórico com o elemento antropológico, sociológico e ecológico — tornar-se fundamental em obra que, pela natureza em que situou este relacionamento, se tornaria marco básico nos estudos sociais no Brasil: — *Casa-Grande & Senzala*.²

É com esta obra, aparecida em 1934, que Gilberto Freyre assinalou a importância de revestir o estudo histórico não isolado do que representa cultural ou socialmente o homem fazendo história; no caso, do homem surgido no Brasil, pela fusão de representantes de três grupos étnicos, num meio ecológico que se caracterizava pela influência de condições tropicais — de um trópico seco, o do Nordeste litorâneo, que com a expansão de povoamento se alongou a outro trópico — o trópico úmido da Amazônia.

Parece-nos que devemos fixar em *Casa-Grande & Senzala* a experiência de uma pesquisa histórica não alongada, mas envolvida nos valores culturais e num quadro social produzidos, aqueles e este, pelo relacionamento através do tempo entre homens, culturalmente diversos que se reuniram no território brasileiro, a partir da primeira metade do século XVI. Obra que, se abriu esta experiência nos próprios estudos históricos no Brasil, representou também um momento de transformação nos estudos sociais no Brasil: transformação que permite dizer que estes estudos, entre nós, se assinalam como antes e depois de *Casa-Grande & Senzala*.

Apesar de todo o pioneirismo desta obra, apesar do marco que ela representa, apesar da influência exercida por *Casa-Grande & Senzala*, apesar de tudo isto, afigura-se-me que o ponto mais significativo deste relacionamento — o da pesquisa histórica com os aspectos antropológicos e sociológicos — está não em *Casa-Grande & Senzala*, mas em *Sobrados e Mucambos*,⁴ onde Gilberto Freyre assenta os primeiros elementos de sua tropicologia, não restritamente lusotropicologia ou iberotropicologia, mas exatamente a tropicologia do tempo histórico na sua dimensão humana, na sua expressão social, na sua significação ecológica -- e sobretudo no assentar o que caracteriza, em valores culturais e sociais, o tempo histórico de um período também histórico: o da transição do Brasil colônia para o Brasil independente; o do Brasil vice-reinado para o Brasil império; o do Brasil rural para o Brasil urbano.

Da tropicologia — permitam-me este devaneio a um assunto que não estaria muito fora do tema — devo acrescentar que seria não apenas um campo, mas essencialmente uma disciplina, em que este relacionamento se situa de maneira precisa. Porque como tropicologia não se restringiria este estudo a um aspecto, mais especificamente ao homem situado, em face das influências históricas, culturais, sociais, num envolvimento caracteristicamente ecológico: o tempo histórico situado no tempo ecológico, que por sua vez seria o produto da vivência do homem em seu tempo social. Em resumo: o homem

integralmente conhecido e compreendido no papel de criador de cultura num meio que ele constrói fazendo o seu ambiente. O homem temporalmente ecológico; o homem ecológico criador.

Recorro a uma observação de meu saudoso amigo Jorge Dias, antropólogo português, com uma ampla visão humanística de estudo social, para lembrar que o homem, como fenômeno humano, é múltiplo e variável, embora um todo complexo formado de inúmeras facetas a serem analisadas uma a uma e em seu conjunto. É o que nos leva a considerar que, em nenhum estudo — e sobretudo em estudo social — o homem pode ser fixado apenas em sua época; ou em sua situação temporal. Na realidade, porque é múltiplo e ao mesmo tempo complexo, não pode o homem ser ignorado em suas outras dimensões tão associadas elas se apresentam para formar aquilo que ele exatamente e integralmente é: uma unidade.

De modo que aí colocamos o elemento essencial que nos permite situar o homem como centro de pesquisa; é que não vive ele isolado numa ou noutra das dimensões referidas, mas ao contrário integrado, no tempo e na cultura, no espaço e na sociedade, na criação e na participação, como uma só unidade. E isto porque nenhum fato, na vida do homem ou na sociedade, é isolado; está sempre relacionado com outro; participa de uma conjunção em que facetas diversas devem ser estudadas e observadas. Resulta daí observarmos — e insistamos neste ponto — que a pesquisa histórica não isola, nem pode isolar, o fato em si próprio. Antes, deve relacionar este fato com outros fatos, e estabelecer, no quadro da sociedade em que se manifestam estes fatos, a totalidade do comportamento humano — o que quer dizer: a própria vida em sociedade.

Significa isto que tanto a Antropologia como a Sociologia podem oferecer fundamentos válidos para que a pesquisa histórica não se restrinja a situar o homem apenas temporalmente. Como disciplina social a Antropologia, em particular, pode apresentar exemplo de aproximação e, em especial, de relacionamento maior com a História; e não apenas com outras disciplinas; é que sua dimensão, culturalmente considerada, reflete toda a vivência em sociedade: sociedade e cultura se completam; não há sociedade sem cultura como não há cultura sem a sociedade em que se insere ou se integra.

O que cumpre igualmente observar — e isto seria como que o reverso da medalha — é que nem a Antropologia nem a Sociologia se desprendem, ou se podem desprender, de fundamentos ou valores históricos para os seus objetivos. Isto significa também que um fato cultural ou social é sempre um fato histórico, ou seja, seus aspectos específicos não podem ser adequamen-

te explicados a não ser à luz de sua longa, complexa e localmente variada história.

Destaque-se, em primeiro lugar, que na sua formulação teórica a Antropologia, como em grande parte também a Sociologia, se fundamentam em elementos históricos. Quer dizer: associou-se à evolução histórica a teorização antropológica, a partir do momento em que Bastian assentou as idéias que chamou de elementares, isto é, a persistência em todo o ser humano, em qualquer parte do mundo, de concepções, de pensamentos, de criações semelhantes ou paralelas. Daí a concepção do paralelismo ou convergência.

E justamente a grande teoria que como que absorveu a Antropologia e a Sociologia, em suas primeiras formulações, foi justamente a de uma evolução da humanidade através de etapas históricas, que, segundo Morgan, seriam o selvagismo, o barbarismo e a civilização. A concepção evolucionista, que foi o grande tema da teoria antropológica no século XIX e ainda nos começos deste século, baseou-se justamente em fundamento histórico: toda a humanidade teria tido uma mesma caminhada, em diretriz unilineal, passando no tempo através das mesmas fases.

Embora este fundamento histórico evolucionista tenha sofrido, e sofra até hoje, críticas que o acusam de ser uma história por vezes forjada, ou conjectural, no sentido de uma "fértil imaginação evolucionária", não podemos negar a sua preocupação com a história como fundamental para a exploração de fatos sociais e culturais, posição esta que foi influir em duas grandes concepções, a seu modo científicas, que foram o positivismo de Comte e o hoje chamado marxismo: de Marx.

Como se verifica, o fundamento histórico está presente na concepção teórica da Antropologia como da Sociologia, motivo por que, durante muito tempo, assentou sempre no basamento temporal — ou seja: a evolução puramente histórica — a própria interpretação dos fatos ou valores culturais. O que encontrou na própria escola criada por Graebner e Schmidt a sua concepção justamente histórico-cultural através da difusão dos elementos culturais no processo migratório da humanidade no correr dos tempos. Com a escola histórico-cultural, de base difusionista, se encontraram na própria pesquisa histórica os elementos que iriam, se não justificar, ao menos comprovar, o surgimento dos fenômenos culturais, de cuja permanência em cada sociedade se pode conhecer sua vivência social. Sua existência comum. Sua compreensão dos fatos e sobretudo sua integração humana.

Justificadas são, pois, as críticas ao funcionalismo antropológico, embora possamos encontrar nele muito de progresso para a Antropologia. Jus-

tificadas na medida em que o funcionalismo, ao relegar a explicação histórica a um segundo plano, nos leva a uma visão mecânica da sociedade, visão esta que nos afasta da realidade daquele contexto sócio-cultural.

O estruturalismo, como uma forma de pensamento antropológico, retorna à preocupação histórica, preocupação esta que foi bem definida por Levi-Strauss, quando afirma que a diferença fundamental entre ambos (história e antropologia) não é nem de objeto, nem de objetivo, nem de método; mas que tendo o mesmo objeto, que é a vida social, o mesmo objetivo que é uma compreensão melhor do homem, e um método, onde varia apenas a dosagem dos processos de pesquisa, elas se distinguem sobretudo pela escolha de *perspectivas complementares*: a história organizando seus dados em relação às expressões conscientes, a antropologia em relação às condições inconscientes da vida social.

Com isto, fica clara a preocupação da Antropologia e da Sociologia modernas em conjugar uma análise sincrônica e uma análise diacrônica da sociedade, visando a um melhor conhecimento da mesma.

Não devemos esquecer a biografia. É um campo admirável em que se pode bem situar o relacionamento que aqui vimos procurando estudar, com algumas simples e, sobretudo, modestas sugestões. Da biografia sabe-se que é a descrição de uma vida temporalmente considerada. Data do nascimento, cursos feitos, títulos alcançados, postos ocupados, o que fez, morte — enfim um resumo do que, em sua vivência temporal, o biografado fez.

Contudo, é evidente, não basta isto. O homem não vive exclusivamente no tempo; ou, quando menos, no seu tempo. Mas, sim, ligado às circunstâncias de sua sociedade e à situação que sua integração cultural lhe proporciona. Donde se conclui que não basta viver, no chamado dia-a-dia, de ser isto ou aquilo; mas ser isto ou aquilo por circunstâncias da sociedade respectiva. É que o homem — e este, se bem me lembro, é título de livro e de filme — não vive só, nem isolado.

A biografia, portanto, não é, não pode ser restritamente, um simples amontoado de datas e de fatos; tais datas e tais fatos têm um relacionamento mais amplo. Do que resulta considerar que, através da descrição biográfica, estamos inserindo o homem, ou no caso a pessoa estudada, num contexto mais amplo, do qual ele não pode fugir, nem ignorar, pela própria razão de sua existência.

Do que se pode concluir não ser possível fazer hoje uma pesquisa puramente histórica; isto é, a reconstituição de um fato ou de um aconteci-

mento, até mesmo de uma biografia, com base em documentação puramente histórica. Este fato ou acontecimento e esta própria biografia têm uma conotação mais ampla do que a circunstância de ter acontecido em tal dia ou em tal hora.

Esta conotação lhe é dada pelo social: o social compreendido em seu sentido amplo, isto é, como aquele processo que antecede à própria natureza humana por incluir formas de vida e de natureza. Pesquisa social, portanto, Social como quase global envolvendo a sociedade em sua variada manifestação tanto de meio físico como de condição cultural, tanto de equipamento biológico como de vivência em comum, tanto de aceitação e comunicação, como de criação e difusão. O social não apenas situado no tempo em seu sentido cronológico, mas situado no tempo em sentido mais amplo: o ecológico. Ou o ecológico-social, que é, na realidade, o verdadeiro ambiente do homem em sua vivência.

BIBLIOGRAFIA

- 1 – CUNHA, Euclides da. *Os sertões; campanha de Canudos*. 2ª ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- 2 – FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala; formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933.
- 3 – _____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX; tentativa de interpretação antropológica através de anúncios de jornais de características de personalidade e de deformações de corpo de negros ou mestiços, fugidos do século passado*. Pref. do prof. Froes da Fonseca e um comentário do prof. A. da Silva Mello. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1963. 224 p.
- 4 – _____. *Sobrados e mucambos, decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1936. 405 p. il. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Ser. 5ª Brasileira, 64). Inclui bibliografia.
- 5 – GONSALVES DE MELLO, José Antonio. *No tempo dos flamengos*. Recife, Imprensa Universitária, 1969.
- 6 – NINA RODRIGUES, Raymundo. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. 199 p.